



1



2

 **Estratégia**  
CONCURSOS

# DIREITO ADMINISTRATIVO


Prof. HERBERT  
ALMEIDA

 /proherbertalmeida

Questões Cespe  
Lei 8.112/1990



3


 **Estratégia**  
CONCURSOS

**RESPONSABILIDADE  
SERVIDORES  
PÚBLICOS**

- CIVIL → PREJUÍZO ERÁRIO / TERCEIROS
- PENAL → CRIMES / CONTRAVENTÕES
- ADMINISTRATIVA → INFRAÇÕES DISCIPLINARES

INDEPENDENTES  
CUMULÁVEIS

EXCETO → ABSOLUÇÃO  
↳ NEGATIVA FATO  
↳ NEGATIVA AUTORIA

 /proherbertalmeida

4

**1. (Cespe – Delegado/PC SE/2018)**

Em fevereiro de 2018, o delegado de polícia de uma cidade determinou a realização de diligências para apurar delito de furto em uma padaria do local. Sem mandado judicial, os agentes de polícia conduziram um suspeito à delegacia. Interrogado pelos próprios agentes, o suspeito negou a autoria do crime e, sem que lhe fosse permitido se comunicar com parentes, foi trancafiado em uma cela da delegacia. A ação dos agentes foi levada ao conhecimento do delegado, que determinou a abertura de processo administrativo disciplinar contra eles para se apurar a suposta ilicitude nos atos praticados.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item seguinte.

A apuração de eventual responsabilidade civil dos agentes dispensa a presença de conduta dolosa ou culposa.

**Gabarito: errado.**



5

**2. (Cespe – Assistente Administrativo/EBSERH/2018)**

O servidor responde apenas administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, o qual pode ensejar a aplicação de penalidade disciplinar — até mesmo de demissão — , que deve, sempre, mencionar o fundamento legal e a causa da sanção.

**Gabarito: errado.**

**3. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)**

Apesar de as instâncias administrativa e penal serem independentes entre si, a eventual responsabilidade administrativa do servidor será afastada se, na esfera criminal, ele for beneficiado por absolvição que negue a existência do fato ou a sua autoria.

**Gabarito: correto.**

6

#### 4. (Cespe – Delegado de Polícia Civil/PC MA/2018)

Pela suposta prática de falta funcional, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar contra Luiz, servidor público estadual. Luiz respondeu, relativamente aos mesmos fatos, a ação penal ajuizada pelo MP local.

À luz da disciplina da responsabilização dos servidores públicos, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a) eventual sentença absolutória criminal fundamentada no fato de a conduta do servidor público não constituir infração penal não impede a aplicação de penalidade em âmbito administrativo, com base na chamada falta residual.
- b) em razão da independência entre as instâncias administrativa e penal, eventual sentença absolutória criminal não repercutirá na esfera administrativa.




[/profherbertalmeida](#)

7

#### 4. (Cespe – Delegado de Polícia Civil/PC MA/2018)

- c) eventual sentença absolutória criminal fundamentada na falta de provas implicará absolvição na esfera administrativa.
- d) em razão da possível influência da sentença criminal na instância administrativa, o procedimento administrativo disciplinar deverá permanecer suspenso até o término da ação penal.
- e) eventual sentença extintiva da punibilidade do crime, independentemente de seu fundamento, implicará no arquivamento do procedimento administrativo disciplinar.

**Gabarito: alternativa A.**




[/profherbertalmeida](#)

8

### 5. (Cespe – Técnico/MPU/2018)



[...] O chefe da Seção de Transporte comunica que o veículo caminhonete X, placa YYY, foi abastecido com combustível distinto de sua configuração de fábrica (diesel), quando utilizado em diligência por servidores técnicos do MPU. Relata que o abastecimento equivocado gerou danos ao veículo, cujo conserto, no valor total de cinco mil reais, foi pago com verbas do erário. Acrescenta também que, dada a indisponibilidade de diesel no momento do abastecimento, o servidor condutor do veículo autorizou o frentista do posto de combustível a pôr gasolina no tanque da referida caminhonete. Por fim, menciona que o servidor condutor do veículo não se dispôs a ressarcir voluntariamente aos cofres públicos os valores gastos a título de despesas extraordinárias com o reparo do veículo.

Acerca dos fatos relatados no trecho do parecer hipotético apresentado, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

A conduta do servidor que conduzia o veículo configura inobservância do dever funcional de zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público.

**Gabarito: correto.**



9



**Art. 116.** São **deveres** do servidor:

**I** - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

**III** - observar as normas legais e regulamentares;

**IV** - **cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;**

**VI** - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração;

**VII** - zelar pela **economia do material** e a **conservação do patrimônio público**;

**VIII** - **guardar sigilo** sobre assunto da repartição;

**XII** - **representar contra ilegalidade**, omissão ou abuso de poder.



10

**6. (Cespe – Técnico/MPU/2018)**

[...] O chefe da Seção de Transporte comunica que o veículo caminhonete X, placa YYY, foi abastecido com combustível distinto de sua configuração de fábrica (diesel), quando utilizado em diligência por servidores técnicos do MPU. Relata que o abastecimento equivocado gerou danos ao veículo, cujo conserto, no valor total de cinco mil reais, foi pago com verbas do erário. Acrescenta também que, dada a indisponibilidade de diesel no momento do abastecimento, o servidor condutor do veículo autorizou o frentista do posto de combustível a pôr gasolina no tanque da referida caminhonete. Por fim, menciona que o servidor condutor do veículo não se dispôs a ressarcir voluntariamente aos cofres públicos os valores gastos a título de despesas extraordinárias com o reparo do veículo.

Acerca dos fatos relatados no trecho do parecer hipotético apresentado, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 8.112/1990.

A referida lei prevê pena de suspensão para o servidor que conduzia o veículo, em razão da natureza e gravidade da sua falta bem como dos danos desta provenientes.

**Gabarito: errado.**



11

**7. (Cespe – Oficial Técnico de Inteligência/ABIN/2018)**

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, é dever do servidor atender o público em geral com presteza, fornecendo as informações requeridas, salvo aquelas protegidas por sigilo.

**Gabarito: correto.**

**8. (Cespe – Analista Administrativo/EBSERH/2018)**

É dever do servidor público respeitar a hierarquia, respeito esse que veda a ele representar contra comprometimentos da estrutura do poder estatal.

**Gabarito: errado.**



12

### 9. (Cespe – Analista Administrativo/EBSERH/2018)

É dever do servidor público facilitar a fiscalização de serviço público cuja prestação esteja sob sua responsabilidade.

**Gabarito: correto.**

### 10. (Cespe – Técnico em Gestão Pública/EBSERH/2018)

Nos termos da Lei n.º 8.112/1990, os deveres do servidor público incluem representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder e promover manifestação de apreço no recinto da repartição.

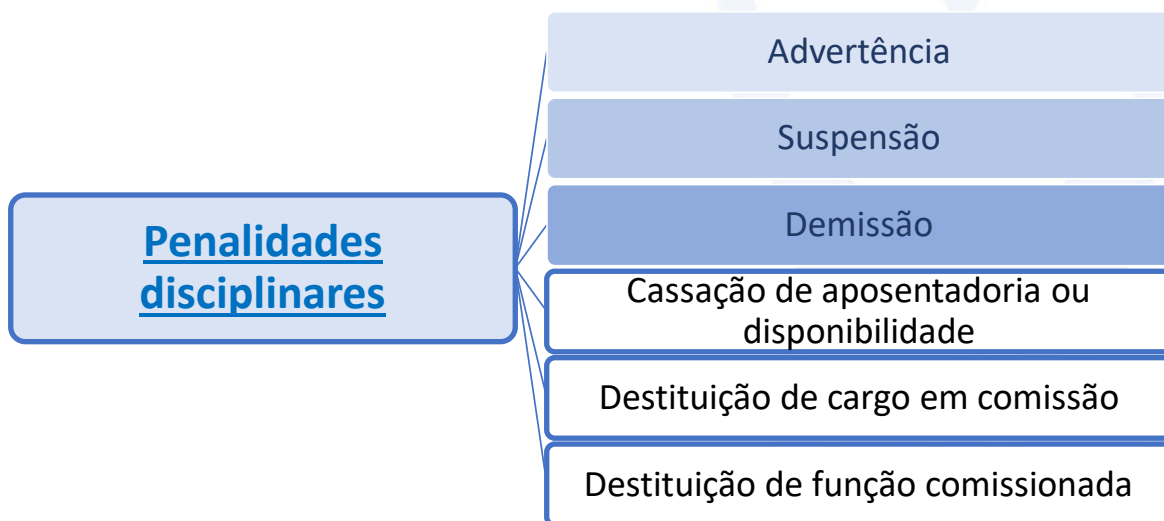
**Gabarito: errado.**

**Art. 116.** São **deveres** do servidor: **XII - representar contra ilegalidade**, omissão ou abuso de poder.

**Art. 117.** Ao servidor é **proibido**: **V - promover manifestação de apreço ou desapreço** no recinto da repartição;

   /profherbertalmeida

13



14



### 11. (Cespe – Delegado/Polícia Federal/2018)



João, servidor público responsável pelo setor financeiro de uma autarquia federal, sem observar as formalidades legais necessárias, facilitou a incorporação, ao patrimônio particular de entidade privada sem fins lucrativos, de valores a ela repassados mediante a celebração de parceria.

Nessa situação hipotética, conforme a legislação e a doutrina a respeito de improbidade administrativa e regime disciplinar do servidor público federal, a pena disciplinar máxima a que João estará sujeito é a suspensão por noventa dias.

**Art. 132.** A **demissão** será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

IV - improbidade administrativa;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;



**Gabarito: errado.**

15

### 12. (Cespe – Auxiliar Institucional/IPHAN/2018)



A ação disciplinar contra servidor que cometa ato ilícito punível com suspensão prescreverá em dois anos contados da data em que o fato se tornou conhecido; todavia, se tal ato ilícito também configurar crime, então se aplicará o prazo prescricional da lei penal para a ação disciplinar.

**Gabarito: correto.**



16



**13. (Cespe – Analista Administrativo/EBSERH/2018)**

A demissão será a penalidade disciplinar cabível para o servidor que se recusar a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.

**Gabarito: errado.**

   /profherbertalmeida

17

**14. (Cespe – IFF/2018)**

De acordo com o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, caso seja verificado que, reincidentemente, determinado servidor incumbia a outras atribuições estranhas ao cargo que este último ocupava, a penalidade prevista é de

- a) suspensão.
- b) advertência.
- c) demissão.
- d) censura.
- e) destituição do cargo.

**Art. 117.** Ao servidor é **proibido**: VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

**Gabarito: alternativa A.**

   /profherbertalmeida

18

### 15. (Cespe – IFF/2018)

Ao instaurar processo administrativo disciplinar ordinário contra servidor público civil federal, a autoridade competente deve designar, para compor a comissão processante,

- a) dois servidores estáveis ou não, devendo o presidente ocupar cargo efetivo.
- b) dois servidores estáveis, devendo o seu presidente ocupar cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.
- c) dois servidores estáveis ou não, devendo o presidente ocupar cargo efetivo superior ou de mesmo nível ao do indiciado.
- d) três servidores estáveis ou não, devendo o presidente ocupar cargo efetivo.
- e) três servidores estáveis, devendo o seu presidente ocupar cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

**Gabarito: alternativa E.**



 /profherbertalmeida

19

**Art. 149.** O processo disciplinar será conduzido por **comissão** composta de **três servidores estáveis** designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3º do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.



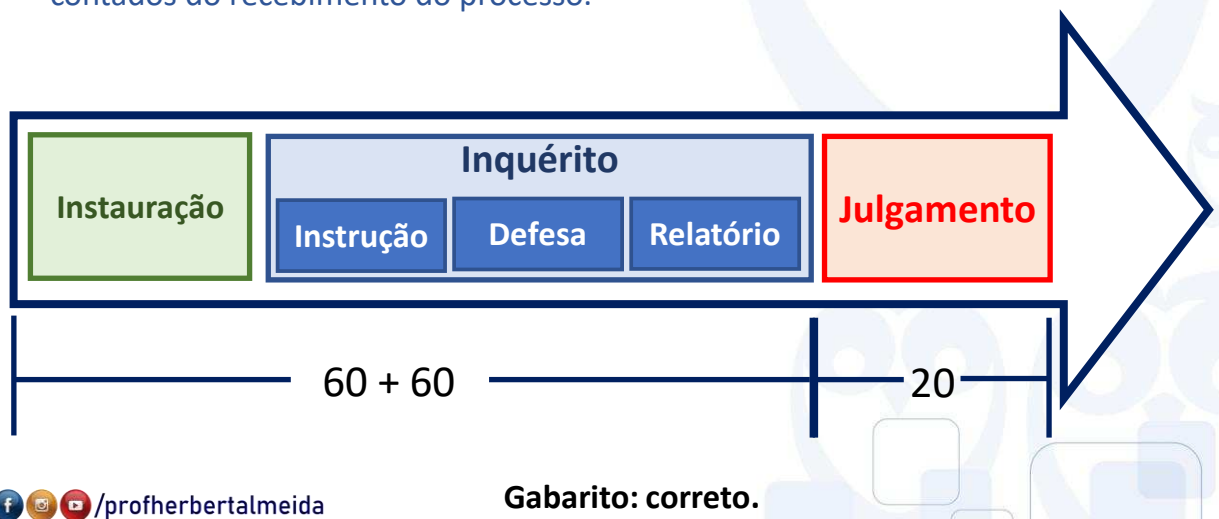
 /profherbertalmeida

20

### 16. (Cespe – Assistente Administrativo/EBSERH/2018)



No caso de processo disciplinar, a autoridade julgadora deverá proferir sua decisão a respeito da responsabilidade de servidor no prazo de vinte dias, contados do recebimento do processo.



[f](#) [i](#) [v](#) /profherbertalmeida

21

### 17. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)



**Situação hipotética:** Luiz, servidor público federal aposentado, desviou recurso público quando foi gestor de uma fundação de natureza privada de apoio a instituição federal de ensino superior.

**Assertiva:** Nesse caso, de acordo com o Superior Tribunal de Justiça, será legal a instauração de procedimento disciplinar, assim como a punição de Luiz, nos moldes do regime jurídico dos servidores públicos da União.

**Gabarito: correto.**

[f](#) [i](#) [v](#) /profherbertalmeida

22

### 18. (Cespe – Nível Superior/STM/2018)

No caso de acumulação ilegal de cargos públicos, o servidor será notificado para apresentar opção e, se ele permanecer omissa, será instaurado procedimento administrativo disciplinar sumário conduzido por comissão composta por dois servidores estáveis.

**Art. 133.** Detectada a qualquer tempo a **acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas**, a autoridade a que se refere o art. 143 **notificará o servidor**, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de **dez dias**, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, **adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata**,

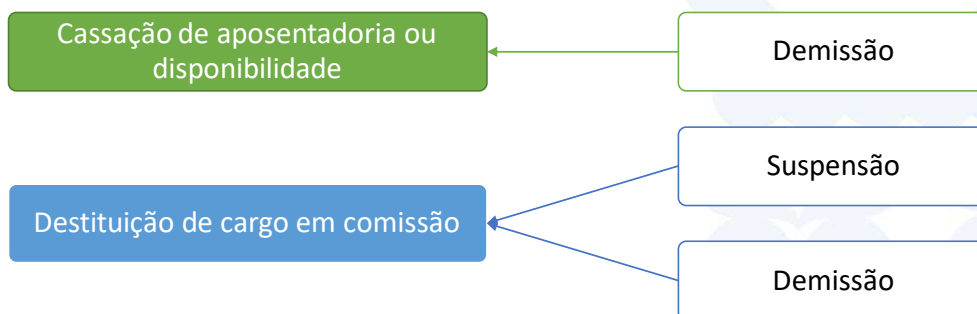
**Gabarito: correto.**

   /profherbertalmeida

23

### 19. (Cespe – Analista Judiciário/STJ/2018)

Será cassada a aposentadoria voluntária do servidor inativo que for condenado pela prática de ato de improbidade administrativa à época em que ainda estava na atividade.



**Gabarito: correto.**

   /profherbertalmeida

24

## 20. (Cespe – IFF/2018 – adaptada)

Servidor público que comete irregularidade no exercício da sua função poderá responder civil, penal e administrativamente pelo ato. Nesse sentido, segundo a Lei n.º 8.112/1990, as cominações civis, penais e administrativas podem cumular-se, no entanto

- a) são independentes entre si.
- b) a administrativa depende da civil.
- c) a administrativa depende da penal.
- d) a civil depende da penal.
- e) a penal depende da civil.

**Gabarito: alternativa A.**




[/profherbertalmeida](#)

25

## 21. (Cespe – Analista I/IPHAN/2018)

Maria tomou posse recentemente no IPHAN e ficou responsável por desenvolver um projeto cujo objetivo era restaurar um acervo de pinturas pertencentes ao município do Rio de Janeiro e reformar uma área específica de um museu municipal, para a exposição das pinturas restauradas. Essas pinturas possuem grande valor histórico, artístico e cultural, consideradas peças de grande raridade pelo estilo e método de pintura utilizado. Essa restauração é uma tarefa que somente pode ser realizada por técnico especializado, e há no país somente uma profissional habilitada para o trabalho.

Em relação a essa situação hipotética, julgue o item a seguir.

Se o servidor responsável pelo serviço de pintura do local de exposição levar, para seu uso pessoal, parte das tintas compradas e não utilizadas na reforma, ele não incorrerá em falha.

**Gabarito: errado.**




[/profherbertalmeida](#)

26

## 22. (Cespe – IFF/2018)

Caso o ministro da Educação receba uma denúncia sobre suposta irregularidade praticada por servidor público estável daquela pasta, o ministro deverá exigir que

- a) a denúncia seja formulada por escrito ou oralmente, visando à garantia da sua autenticidade.
- b) seja instaurado processo disciplinar independentemente de qual penalidade possa vir a ser imposta.
- c) o servidor seja imediatamente comunicado para apresentar defesa.
- d) a denúncia contenha a identificação e o endereço do denunciante para ser apurada.
- e) o servidor sujeito à demissão seja afastado do cargo, sem prejuízo da remuneração, até a decisão do referido ministro.

**Gabarito: alternativa D.**



 /profherbertalmeida

27

**Art. 144.** As denúncias sobre irregularidades **serão** objeto de apuração, desde que contenham a **identificação e o endereço do denunciante** e sejam **formuladas por escrito**, confirmada a autenticidade.

**Parágrafo único.** Quando o fato narrado **não configurar evidente infração disciplinar** ou **ilícito penal**, a denúncia será **arquivada**, por falta de objeto.



 /profherbertalmeida

28

### 23. (Cespe – Analista/MPU/2018)

É cabível penalidade de suspensão ao servidor que reincidir em faltas punidas com advertência.

- Reincidência das faltas punidas com advertência
- Violação das demais proibições, que não justifiquem pena de demissão:
  - ➔ cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
  - ➔ exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.

**Gabarito: correto.**




 /profherbertalmeida

29

### 24. (Cespe – Analista/MPU/2018)

Além de ser uma violação ética, a inassiduidade habitual é uma conduta passível de suspensão por até noventa dias, conforme a Lei n.º 8.112/1990.

- Configura-se abandono de cargo (art. 138): “a ausência intencional do servidor ao serviço **por mais de trinta dias consecutivos**”.
- Entende-se por inassiduidade habitual (art. 139): “a falta ao serviço, sem causa justificada, por **sessenta dias**, interpoladamente, **durante o período de doze meses**”.

**Gabarito: errado.**




 /profherbertalmeida

30



**25. (Cespe – Técnico Tributário/SEFAZ RS/2018)**

A respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), assinale a opção correta, considerando as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

- a) A autoridade julgadora do PAD deverá proferir decisão no prazo de vinte dias depois de ter recebido o processo.
- b) Os autos de sindicância não integram o PAD, uma vez que somente balizam a instrução processual.
- c) O investigado poderá ser afastado do exercício do seu cargo para que não influencie nas apurações do PAD; durante o período de afastamento, ele não receberá remuneração.
- d) A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público dispõe exclusivamente do PAD para promover a sua apuração.
- e) O servidor investigado deverá estar assistido por advogado no PAD, caso tenha interesse em arrolar ou reinquirir testemunhas.

**Gabarito: alternativa A.**




 /profherbertalmeida

31

**26. (Cespe – Auditor Estadual de Controle Externo/TCM BA/2018)**

Instaurou-se processo administrativo disciplinar para apurar suposta prática de ato ímprobo por servidor de determinado tribunal de contas. Encerrada a fase de instrução e de defesa do servidor, foi apresentado relatório da comissão processante propondo que lhe fosse aplicada suspensão de sessenta dias. Posteriormente, a autoridade julgadora, em decisão motivada, lavrou decisão impondo ao servidor pena de demissão, por entender ter sido comprovada a prática de ato de improbidade.

Nessa situação hipotética,

I a autoridade julgadora não poderia ter agravado a pena indicada no relatório da comissão processante.

II a pena de demissão não poderia ter sido aplicada ao servidor, diante da ausência de decisão judicial condenatória em ação de improbidade.




 /profherbertalmeida

32



### 26. (Cespe – Auditor Estadual de Controle Externo/TCM BA/2018)

III a autoridade estava vinculada quanto à aplicação da pena de demissão.

IV cabem pedido de reconsideração e recurso hierárquico em relação à decisão.

Estão certos apenas os itens

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

**Gabarito: alternativa C.**

   /profherbertalmeida

33



### 27. (Cespe – Escrivão de Polícia/PC MA/2018)

A revisão, de ofício, pela administração pública, de decisões sancionatórias aplicadas a servidor público por meio de regular processo administrativo é

- a) vedada, em razão da necessidade de provocação do servidor público.
- b) permitida, ainda que tenha ocorrido a preclusão administrativa, em razão do princípio da autotutela.
- c) permitida, em decorrência do princípio da oficialidade.
- d) permitida apenas se as alegações da revisão coincidirem com as suscitadas pela parte no decorrer do processo.
- e) vedada, em obediência ao princípio da economia processual.

**Gabarito: alternativa C.**

   /profherbertalmeida

34

# OBRIGADO

**PROF. HERBERT ALMEIDA**

35



36